

Funai, quatro anos de dúvidas

Da Sucursal de Brasília

Em junho de 1970, ao assumir a presidência da Fundação Nacional do Índio, o general Oscar Jerônimo Bandeira de Mello afirmou: "Pretendo na minha gestão, de uma vez por todas, tirar o índio das páginas dos jornais". Quatro anos depois, a Funai continua provocando notícias desfavoráveis a seu trabalho e sendo acusada de tirar desnecessariamente os índios de suas terras e conduzi-los a caminhos imerecidos.

Quando o general Bandeira de Mello chegou à Funai, os jornais do mundo inteiro estavam denunciando o genocídio de índios. No Brasil, a imprensa ocupava-se do inquérito que investigava denúncias de irregularidades na gestão de Queiros Campos. Primeiro presidente do órgão, Campos foi acusado de envolver-se em desvio de verbas e de cometer erros indesculpáveis, como a criação da Guarda Rural Indígena, que instituiu um desastroso sistema policialesco nas aldeias.

Para dirigir o inquérito foi nomeado o chefe da Divisão de Segurança e Informações do Ministério do Interior, o general Bandeira de Mello, que passou à presidência logo depois. Mas, se o genocídio foi desmentido, Bandeira de Mello não conseguiu conciliar os interesses dos índios com o desenvolvimento da nação e por isso os jornais continuaram divulgando o assunto. Logo depois de assumir, o presidente da Funai foi chamado a colaborar num grande plano: a ocupação da Amazonia a partir de grandes rodovias e a transferência de agricultores nortestinos.

Em pouco tempo, burocratizada e sem recursos, a Funai teve que reunir seus técnicos e elaborar um programa de apoio às empreiteiras encarregadas de abrir a Transamazônica, atrair os grupos indígenas ainda arredios da Amazonia e acelerar seu processo de integração à sociedade. Mas, ao adotar como lema uma frase do ministro Costa Cavalcanti ("O índio não pode se constituir num entrave para a colonização da Amazonia"), o órgão oficial de proteção aos índios demonstrou que não poderia ir além de tentativas de conciliar os meios de desenvolvimento com os interesses dos índios.

E por ser um órgão do Ministério do Interior, ao qual também estão vinculados os organismos que dirigem a ocupação da Amazonia, como a Sudam, a Funai não podia impedir que uma estrada cortasse um parque ou uma fazenda se instalasse em áreas de índios. O máximo que seus técnicos obtinham eram convites a indagação sobre a existência de índios nesse ou naquele ponto, a partir de o traçado já pronto.

Os próprios técnicos da Fundação têm um desejo aparentemente elementar, mas que demonstra a fraqueza do órgão. Eles acham fundamental a presença de um representante da Funai junto ao Ministério dos Transportes, para opinar na elaboração dos traçados de rodovias, evitando-se, assim, "riscos à sobrevivência" dos índios.

Tudo isso, conduziu a maiores discussões sobre o problema da integração, o ponto mais importante. E a Funai, finalmente, traçou sua orientação básica: "Diante do processo irreversível de desenvolvimento,

Antes, um expurgo

No plano administrativo, os dois primeiros anos da gestão Bandeira de Mello foram marcados pela demissão dos descontentes e afastamento dos críticos. Vários sertanistas foram expurgados da Funai por discordarem da orientação do órgão, um procedimento que terminou por atingir, no ano passado, o Diretor Geral de Operações (Amaury Saddock de Freitas, que se demitiu denunciando a "macrocefalia administrativa" da Funai e reclamando de irregularidades.

Mas antes disso, a direção do órgão já buscava outro caminho para aplicação de sua política indigenista. Mais humildes, os diretores reconheceram sua difícil posição e tentaram diálogos mais abertos. Com a Igreja, sempre presente nas aldeias, foram realizados debates, depois estendidos ao resto do mundo. Em Brasília foi realizado o Congresso Interamericano de Indigenismo, quando a delegação brasileira procurou convencer os participantes estrangeiros de que o governo está preocupado com o problema indígena. Paralelamente, foi acelerada a tramitação no Congresso do Estatuto do Índio, o mais importante documento de defesa aos indígenas até hoje promulgado no Brasil. Apesar de criticado por alguns setores, o Estatuto assegura direitos elementares aos índios e estabelece as diretrizes da política indigenista oficial.

os índios brasileiros precisam ser integrados através da execução de um programa integrado de desenvolvimento socio-econômico das comunidades tribais. Se forem mantidos no seu habitat, sem que o processo de aculturação seja acelerado, não terão condições de sobreviver ao impacto da civilização. Esta integração precisa ser lenta e gradativa e a cultura indígena deve ser respeitada".

Esse programa, se é o máximo em matéria de sensatez e objetividade que se poderia alcançar, como dizem os técnicos da Funai, por outro lado ainda causa reclamações. Muitos antropólogos e missionários afirmam que não é isso que acontece nas aldeias e o próprio ex-superintendente e agora presidente da Funai, general Ismarth de Araujo, admitiu certa vez que a integração tem levado a resultados catastróficos.

Villas mostram os "gigantes" no Sirio

Quarta-feira, às 20 e 30. Orlando e Alvaro Villas Boas estarão no Esporte Clube Sirio, à avenida Indianópolis, esquina de 23 de Maio, apresentando filmes sobre os primeiros contactos com os índios Krañhancarorês. Após a palestra, será feito um debate público a respeito do futuro do índio no Brasil. A entrada é franca.